



Novos Cadernos NAEA

v. 28, n. 2 • maio-set. 2025 • ISSN 1516-6481/2179-7536



**A AÇÃO COLETIVA SOB A CONDIÇÃO
DA INTEGRAÇÃO À CADEIA PRODUTIVA
DO DENDÊ EM IRITUIA E SÃO DOMINGOS
DO CAPIM NO PARÁ**

**COLLECTIVE ACTION UNDER THE CONDITION OF
INTEGRATION INTO THE PALM OIL PRODUCTION CHAIN
IN IRITUIA AND SÃO DOMINGOS DO CAPIM IN PARÁ**

Marciclei Lopes Balieiro



Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil

RESUMO

Neste estudo analiso uma proposta de cooperativismo/associativismo rural sob a condição de integração à agroindústria de dendê nos municípios de Irituia e São Domingos do Capim (PA). O estudo de caso foi conduzido por meio de abordagem qualitativa, com levantamento bibliográfico, análise documental e uso de formulário semiestruturado. Entrevistas abertas foram realizadas com 21 pessoas entre agricultores e representantes de organizações envolvidas, direta ou indiretamente, com a implantação do projeto de dendeicultura e a Central das Organizações Sociais Entre os Rios Guamá e Capim (CONSERGC), meu objeto de estudo. Os resultados mostram que a CONSERGC atua como uma associação de mediação e representação junto a empresa que compra os frutos de dendê e com o banco financiador do projeto. A organização apresenta dificuldades com a falta de recursos para viabilizar seus encontros e desenvolver outras atividades sociais e econômicas como mutirões, dias de campo, atividades estas que reforçam os laços associativos e reduzem os custos de produção. Seus gestores têm experiência política, em negociação, possui a confiança dos associados e têm contornado os problemas recorrentes e contribuído para a continuidade da proposta associativa estudada.

Palavras-chave: agricultura familiar; associativismo; integração produtiva; dendeicultura.

ABSTRACT

In this study, I analyze a proposal for rural cooperatives/associations under the condition of integration with the oil palm agroindustry in the municipalities of Irituia and São Domingos do Capim (PA). The case study was conducted using a qualitative approach, with bibliographical research, document analysis and use of a semi-structured form. Open interviews were conducted with 21 people, including farmers and representatives of organizations directly or indirectly involved in the implementation of the oil palm project and the Central das Organizações Sociais Entre os Rios Guamá e Capim (CONSERGC), my object of study. The results show that CONSERGC acts as a mediation and representation association with the company that buys the oil palm fruits and with the bank that finances the project. The organization faces difficulties due to the lack of resources to facilitate its meetings and develop other social and economic activities such as collective work and field days, activities that strengthen the associative ties and reduce production costs. Its managers have political and negotiation experience, have the trust of their members and have overcome recurring problems and contributed to the continuity of the associative proposal studied.

Keywords: family farming; associativism; productive integration; oil palm cultivation.

1 INTRODUÇÃO

A partir da década de 1980, em um processo de abertura democrática, o Governo Federal e Estadual apoiou novas formas de ação coletiva por meio de cooperativas e associações. Com a nova perspectiva, no Brasil essas organizações têm sido consideradas como um instrumento utilizado pela sociedade civil para disputar e, ao mesmo tempo, compartilhar a responsabilidade para a implantação das políticas públicas (Ganança, 2006). Posteriormente, no país isso se intensificou a partir da década de 1990, com a concessão de crédito à agricultura familiar, o incentivo à aquisição de máquinas, de implementos agrícolas e a criação de pequenas agroindústrias, bem como a demarcação e a gestão de assentamentos, territórios quilombolas e reservas extrativistas (Schmitz; Mota; Sousa, 2017).

Assim como o crédito rural, o acesso a alguma política pública do governo federal a partir de 2003, quando foram iniciadas as compras institucionais da agricultura familiar através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) a partir de 2009, foi um forte indutor para a criação de inúmeras associações e cooperativas no estado do Pará, como visto no trabalho de Rocha, Assis e Sablayrolles (2023).

Nesse sentido, observa-se um certo superficialismo para a constituição das associações e cooperativas levando muitas dessas organizações ao status de meros grupos formais que buscava acesso ao crédito e as políticas públicas, sem o entendimento da proposta associativa, como também, sem a participação efetiva dos sócios.

Vale ressaltar que, as políticas públicas diferenciadas são importantes para o desenvolvimento rural e têm possibilitado o desenvolvimento de cooperativas da agricultura familiar camponesa. É fundamental reconhecer que o desenvolvimento das políticas públicas combinado com o trabalho associativo é um processo em transformação e possibilita o acesso a outras formas de trabalhar e organizar a produção (Rocha, Assis e Sablayrolles, 2023). Entretanto, sem o engajamento e o entendimento dos sócios da proposta associativa e seus desafios no espaço rural, as organizações tendem a não continuar com suas atividades.

Para Moraes (2021) a democracia e o controle sobre as decisões, que deveriam ser elementos fundamentais, acabam prejudicados pela ação do Estado porque o governo estabelece uma relação de poder e dependência sobre essas organizações através de contratos, sejam eles

vinculados a políticas públicas ou bancos, como ocorreu com a expansão da dendeicultura no Pará. Melo e Resende Filho (2017) discorre que esta é uma realidade contraditória do avanço do modo de produção capitalista, pois muitos agricultores estão ficando endividados por conta de financiamentos e crédito rural. Para Fagoti (2017), essa relação prejudica os agricultores e a associação a qual estão vinculados, retirando deles a autonomia sob a organização, a mobilização coletiva e a autogestão, o que pode levar ao fracasso da proposta associativa.

Somam-se ainda os problemas de planejamento, gestão, formação e participação que são entraves para a associação (cooperativas e associações), como afirmam os autores (Canassa; Costa, 2018; Ribas *et al.*, 2017).

Na análise de Farias (2009), os problemas identificados estavam ligados à dificuldade da cooperação dos sócios. O autor constatou em sua pesquisa que estratégias de ação divergentes dos atores permitiram, em vários momentos, que o interesse particular predominasse sobre o coletivo. No caso aqui reportado parece predominar a figura do *free rider* o dilema estudado por Olson (1999) entendido por diferentes estudiosos como carona ou aproveitador. Para o autor alguém que não pode ser excluído dos benefícios de um bem coletivo, uma vez que o bem está produzido, tem pouca motivação para contribuir voluntariamente no fornecimento desse bem.

Mesmo não sendo otimista quanto a atuação voluntária e coletiva dos indivíduos, Olson (2015) considera que as organizações são importantes como uma das maneiras pelas quais os indivíduos podem buscar objetivos comuns, o principal desafio é fazer com que os interesses individuais convirjam e não superem os coletivos, ou seja, é importante que mesmo os interesses individuais caminhem rumo ao sucesso coletivo da organização.

No estudo de Moraes (2024) sobre o movimento sindical rural no município de Tomé-Açu, Nordeste Paraense, os problemas de gestão também foram identificados como os principais desafios às ações coletivas e ao fortalecimento das organizações estudadas. Para o autor, a burocratização e a priorização de interesses individuais em detrimento dos coletivos levantam questões sobre o futuro desse movimento e a sua capacidade de enfrentar cenários de crise.

Apesar de serem poucas as literaturas (Schmitz; Farias, 2021; Schmitz; Mota; Sousa, 2017), que evidenciam o êxito da ação coletiva na região do Nordeste paraense, existem experiências de trabalhos associativos bem sucedidos promovidos, como exemplos, pelo trabalho fraterno de base da igreja católica e outras organizações a partir de incentivos à prática dos

mutirões, de trocas de dias de trabalho e do adjunto, importantes para o aprendizado da cooperação.

Schmitz e Farias (2021) mostraram que as diferentes formas de ajuda mútua mantidas pelos associados, assim como, as relações de poder equilibradas em função da participação direta e ativa dos associados nas instâncias de decisão contribuíram para a persistência e o sucesso da ação coletiva por eles estudados. Neste caso o poder equilibrado é uma força estruturante para a ação coletiva.

O comprometimento dos sócios e a associação contribui para fortalecer as relações de pertencimento ao local, bem como, a autogestão¹ através da união dos sócios é uma opção de viabilização de defesa de interesses locais e para atender as demandas postas pelos associados, como verificou em seu estudo Santana (2019).

No quadro apresentado, este artigo tem como objetivo analisar uma proposta de cooperativismo/associativismo sob a condição da integração de agricultores familiares à agroindústria do dendê no nordeste do Pará a partir do ano de 2011. Mais especificamente, analisei a mobilização para criação de uma organização central, como ela se organiza e atua para representar os interesses dos agricultores familiares. Em síntese, o estudo de caso engloba a relação entre a Archer Daniels Midland Company (ADM²), – a COSERGC – as associações afiliadas a CONSERGC – e os agricultores familiares que são sócios das associações e integrados a cadeia produtiva do óleo de palma. A relevante questão que se coloca é se esse modelo de integração das associações a uma organização central vem dando conta de atender e prover os benefícios almejados pelos associados.

A metodologia apoiou-se, sobretudo, em entrevistas abertas, levantamento bibliográfico, análise documental e a aplicação de formulário semiestruturado. Foram entrevistados 21 pessoas, entre agricultores, presidentes das associações afiliadas a CONSERGC, os diretores da organização estudada, um funcionário da ADM e com representantes de outras organizações envolvidas (sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras

¹ No sentido mais simples, podemos definir a autogestão como aquela em que as ordens e tomadas de decisões são tomadas de maneiras horizontais, com a efetiva participação de todos os sócios.

² A ADM vendeu seus negócios de cultivo de palma no Brasil em 2020 para a Reflorestadora Moju Acará, do grupo Marborges, que continua cumprindo os acordos com os produtores. A ADM era a empresa que mantinha contratos de integração na região. O contexto de integração à agroindústria de dendê foi um forte indutor para a criação da Central das Organizações Sociais entre os Rios Guamá e Capim, nosso objeto de estudo.

rurais, Emater, dentre outras), direta ou indiretamente, com a implantação do projeto de dendeicultura nos municípios foco do estudo.

Para atender a esta proposta, realiza-se, inicialmente, um debate acerca das diferentes matrizes que orientam os projetos de desenvolvimento no meio rural, especificamente aqui me reporto a agroindústria do dendê. Posteriormente, aborda-se o percurso metodológico escolhido, e, então, apresenta-se os principais resultados da pesquisa.

2 A AGRICULTURA FAMILIAR INTEGRADA A AGROINDÚSTRIA DO DENDÊ: BREVE DEBATE

Há duas décadas, o governo brasileiro tem discutido políticas públicas a partir de um modelo que propõe considerar o desenvolvimento regional de maneira “sustentável e inclusivo”, como se apresenta o projeto para a produção de agrocombustíveis que, segundo as políticas oficiais, constitui-se em uma alternativa biodegradável e de grande potencial econômico devido à sua obtenção a partir de fontes renováveis de biomassa (Brasil, 2011).

Dentre as oleaginosas utilizadas para a extração de óleo vegetal para a produção de biodiesel e consumo doméstico encontra-se a palma de dendê (dendezeiro: *Elaeis guineensis* Jacq). No cenário mundial, a maior parte da produção de dendê ocorre na Ásia sendo a Indonésia e a Malásia os maiores produtores e exportadores, respectivamente (USDA, 2025).

A produção mundial de óleo de dendê vem crescendo a um ritmo de cerca de 6% ao ano, tomando-se os dados dos últimos dez anos (Venturieri *et al.*, 2024).

A cultura do dendê foi introduzida na Amazônia paraense a partir da década de 1950 pelo extinto Instituto Agrônomo do Norte (IAN), depois transformado na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa Amazônia Oriental), passou a ser produzida comercialmente e subsidiada pelo Estado como parte do plano de colonização na década de 1970 por meio de incentivos fiscais oferecidos pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

Também ganhou destaque com a criação do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), em 2004, criado pelo extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Outro evento importante foi a criação

do Selo Combustível Social (SCS) ³, que incentivou a inclusão social da agricultura familiar no projeto (Brasil, 2011).

Os incentivos financeiros oferecidos pelo Governo Federal para o desenvolvimento do setor têm privilegiado os bancos e as empresas. Grandes corporações nacionais e multinacionais⁴ se interessaram pela atividade e realizaram o plantio do dendezeiro em áreas próprias, arrendadas ou de agricultores integrados por contrato através do discurso do desenvolvimento territorial rural com inclusão social e geração de emprego e renda (Nahum; Santos; Santos, 2020).

A produção da dendeicultura no Brasil (0,78% da produção mundial) se concentra no estado do Pará (85%), sobretudo na mesorregião do Nordeste paraense. Na região essa atividade produtiva foi consolidada a partir do Plano Palma Verde, lançado na cidade de Tomé-Açu em 2010. Nesse mesmo ano, foi lançado o Programa Nacional de Produção e Uso Sustentável da Palma de Óleo (PSOP) ⁵. O consumo nacional de óleo de palma é estimado em 915 mil toneladas anualmente e movimenta 3 bilhões de reais em salários e benefícios para o Brasil, como também, no país a indústria de óleo de palma gera 20 mil empregos diretos e 60 mil indiretos (Abrapalma, 2025).

Em 2023, o Pará colheu 2,8 milhões de toneladas de cachos de dendê, segundo o IBGE, um volume 173% maior do que o de dez anos antes. Nesse mesmo intervalo de uma década, a área destinada à colheita passou de 72.370 hectares para 186.240 hectares, um aumento de 157,3%. No Estado o dendezeiro apresenta um espaço consolidado com elevada produção, podendo tratar a microrregião de Tomé-açu, em especial Tailândia e Moju, como uma região em que a expansão da cultura tem-se dado de forma consistente, incluindo momento de elevadíssimas taxas de incorporação anual, em regiões contíguas a dita “região de palmares”.

A perspectiva e possibilidade de melhoria da renda e qualidade de vida, da infraestrutura local, da oferta de empregos e de serviços de qualidade (saúde, educação), acesso a assistência técnica, bem como, ter um

³ O SCS possibilita às empresas que atuam no mercado de agrocombustível subsídios como: maior acesso a financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e outras instituições financeiras, bem como direitos à desoneração de tributos e acesso à reserva de cerca de 80% do mercado de biocombustíveis. Em contrapartida, as empresas devem oferecer aos agricultores familiares integrados um contrato, a compra de sua produção, além de oferecer cursos e capacitação técnica.

⁴ As empresas presentes no estado do Pará são: Agropalma, Biopalma, Denpasa, Dentaú, BBB/Petrobras, Guanfeng Group, Yossan, Marborges, Palmasa.

⁵ O programa visava oferecer uma maior estrutura ao grande projeto de oleaginosa, como o zoneamento Agroecológico da Palma (ZAE/PALMA) realizado para identificar e delimitar as áreas aptas para o plantio do dendê.

culivo de ciclo longo com comercialização garantida por contrato, conforme propugnada na política de expansão da dendeicultura, motivaram os agricultores familiares a integrar-se às agroindústrias em vários municípios do Nordeste Paraense, como visto nos trabalhos de Balieiro, (2019), Guimarães *et al.* (2025), dentre outros.

Assim, a partir de 2010, sobretudo, um número significativo de agricultores tem aderido à integração e obtido o financiamento para a introdução da cultura de dendê. Desde então, diversas mudanças têm ocorrido e ora tem fortalecido a agricultura familiar tradicional, ora fragilizado, as opiniões comumente diferenciam-se.

Para os autores Graziano e Navarro (2015), a integração produtiva a grandes agroindústrias se apresenta como uma alternativa para o desenvolvimento do espaço rural brasileiro, seja pela produção de *commodities*, seja pela produção de alimentos para a população, como também pela geração de renda e pela inclusão e modernização da produção da agricultura familiar. Ressalto que o modo de produzir das populações tradicionais nunca foi arcaico e, sempre esteve de cunho com a realidade e a necessidade desses atores sociais.

Becker (2010) visualiza o cultivo como oportunidade de desenvolvimento para Amazônia, capaz de gerar empregos, renda e promover a recuperação de áreas degradadas. Já para Gomes *et al.* (2021) em face das dinâmicas locais no Pará a qualidade do material genético das plantas e também a renda auferida, são destaques como vantagens para a produção de dendê.

Os estudos sobre a dendeicultura no Nordeste Paraense também demonstram que essa atividade produtiva promove mudanças para o sistema social comunitário e nas relações de sociabilidade e no padrão de uso dos recursos naturais (Costa *et al.*, 2024; Cruz; Farias, 2017; Silva, 2017), risco de aumento da concentração fundiária (Beckhouse, 2013) e, para os agricultores que têm contratos de produção, foram identificadas transformações nos estabelecimentos e na organização dos grupos domésticos, bem como, assimetrias de poder e relações desiguais entre as empresas e os agricultores, isto é, as ordens foram tomadas de fora para dentro por autoridades, órgãos ou empresas que na implantação das políticas públicas e programas dominaram o processo de estabelecimento dos projetos (Albuquerque, 2017).

Gomes *et al.* (2021) em seu estudo constataram que a insatisfação com os contratos, risco de aumento da concentração fundiária, dúvidas quanto

ao preço do dendê, diferenciação social e comprometimento da autonomia familiar foram mencionados como fatores vistos pelos agricultores como desvantagens para a introdução da dendeicultura.

Por sua vez, Gemaque, Ferreira Filho e Beltrão (2015) apontaram que a inserção da dendeicultura como política pública de Estado na Amazônia, por meio da integração dos agricultores à agroindústria do dendê, promoveu mudanças no seu modo de vida acarretando no abandono das unidades produtivas, a perda da identidade, isto é, a busca pelo emprego e renda transformaram os agricultores em trabalhadores assalariados totalmente dependentes da estrutura empresarial local.

As afirmações feitas acima não diferem das encontradas por Guimarães *et al.* (2025) ao analisarem a trajetória de agricultores integrados. Para os autores, existe uma problemática implícita na questão de terras ocupadas por monocultivos, cujos produtos dependem de um único comprador estabelecido no contrato, o que provoca dependência de uma estrutura empresarial que pode gerar conflitos, no caso estudado pelos autores levou a ruptura do contrato, reconfiguração de estratégias para viabilizar a permanência no campo, bem como, houve aqueles que usaram a ruptura do contrato como uma transição para uma vida urbana, isto é, rompendo a estratégia de sucessão na agricultura familiar (Guimarães *et al.*, 2025).

A ênfase do trabalho foi analisar uma proposta associativa sob o contexto de um projeto de integração de agricultores familiares a dendeicultura, assim para os meus propósitos, esta breve contextualização do avanço do dendê foi relevante para o meu estudo.

3 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada em Irituia e São Domingos do Capim⁶, estado do Pará. Os municípios fazem parte da mesorregião do Nordeste paraense, microrregião do Guamá, uma unidade sub-regional na Amazônia oriental. Segundo dados fornecidos pelo IBGE (2017) possuem territórios de aproximadamente 1.677,249 km² e 1.379,362 km², respectivamente, e origens resultantes da ocupação baseada na circulação dos rios Guajará, Guamá, Capim e Irituia, em incursões realizadas por colonizadores portugueses pelo interior do Estado.

⁶ A efervescência na criação de inúmeras associações nos municípios de Irituia e São Domingos do Capim entre os anos de 2011 e 2017 chamou a minha atenção e despertou meu interesse de realizar uma pesquisa científica sobre esse fenômeno nos municípios supracitados.

A referida região viveu um segundo ciclo de ocupação influenciado pelo extrativismo da borracha e a construção de vias de circulação, nos séculos XIX e XX, com destaque para a ocupação agrícola da região Bragantina, cujo objetivo foi o abastecimento de Belém e dos seringais que dinamizavam a economia da borracha do período. A ocupação esteve alicerçada nas políticas públicas da Província e do Estado do Pará, que promoveram a construção da ferrovia Belém-Bragança⁷. (1883-1965). Esse investimento possibilitou a criação de novos povoados ao longo de seu percurso, bem como a intensificação da migração de Nordestinos para a região.

Por fim, o ciclo de ocupação ocorreu com a abertura das rodovias de circulação terrestres, em especial, a partir da década de 1960, com a política nacional de integração da Amazônia, com destaque para a abertura das rodovias federais BR-010 (Belém-Brasília – em 1960), BR-316 (Pará-Maranhão na década de 1970) e BR-222 (Pará-Ceará) que interligaram a Amazônia ao restante do Brasil. As referidas rodovias promoveram uma maior mobilidade de populações em busca de terras devolutas do Pará, o que intensificou o fluxo migratório e resultou na criação de novos municípios no estado (Tavares, 2008).

A pesquisa foi realizada entre julho de 2017 e os meses de maio, junho e novembro de 2018 e os dados foram atualizados em novembro de 2024⁸. A metodologia consistiu em um estudo de caso do tipo qualitativo sobre a CONSERGC. A pesquisa qualitativa possibilitou um contato mais próximo com o objeto em estudo, o que ampliou o campo das relações, da observação e das coletas de informações. De acordo com Brumer *et al.* (2008), a pesquisa qualitativa “possibilita a análise profunda das qualidades de um fenômeno estudado, permite ao informante maior liberdade de manifestação e ao pesquisador identificar e compreender dimensões particulares da ação humana”. Além de entender as mudanças que ocorrem nos sujeitos-participantes da pesquisa.

O trabalho foi conduzido a partir de quatro técnicas de coletas de dados: levantamento bibliográfico, análise documental, realização de entrevistas abertas e com uso de formulário através de um contato permanente com o campo no intuito de recolher informações sobre o objeto em estudo e os atores envolvidos – agricultores familiares, presidentes das associações afiliadas, gestores da CONSERGC, lideranças sindicais e representantes de

⁷ A estrada ligava Belém até à cidade de Bragança, com uma extensão de 222 Km.

⁸ A pesquisa teve início em 2017 como requisito para a minha defesa de dissertação de mestrado realizada em 2019. Uma nova imersão no campo foi realizada em 2024 e os dados da pesquisa foram atualizados para a publicação deste artigo.

outras organizações locais como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Agricultores e Agricultoras Rurais (STTRs), bem como, com um representante da empresa ADM, somando um total de 21 pessoas entrevistadas.

O critério utilizado para a seleção dos entrevistados foi a sua ligação, direta ou indiretamente, com a trajetória da CONSERGC e com a introdução do projeto de dendeicultura nos municípios em que o estudo foi realizado. Vale lembrar que vários membros da primeira diretoria participam da gestão recente em 2024.

Como forma de manter sigilo nos dados informados não serão identificados os vinte e um entrevistados. Assim, fiz a opção de me reportar aos colaboradores da pesquisa a partir do uso de letras, para alguns mais de uma letra. As análises e a interpretação das informações coletadas em campo foram feitas a partir da transcrição das entrevistas, da elaboração de relatórios e do confronto com a literatura que aborda a discussão em torno da ação coletiva.

4 RESULTADOS

Para analisar a proposta associativa aqui debatida, realiza-se inicialmente um breve debate sobre a ação coletiva, sobretudo, a partir das contribuições de Mancur Olson e da escola francesa da Sociologia das Organizações.

4.1 A COOPERAÇÃO ASSOCIATIVA O ESPAÇO RURAL

Para as diferentes atividades coletivas usa-se o termo “ação coletiva” que, Nesse trabalho, entendo a partir da descrição de Tilly (1981, p. 17), como sendo: “[...] todas as ocasiões em que grupos de pessoas mobilizam recursos, incluindo seus próprios esforços, para alcançar objetivos comuns”.

A publicação do livro *A lógica da ação coletiva*, de Mancur Olson, em 1965, aqui referenciado como Olson (1999), foi marcante na época para colocar o tema da ação coletiva na pauta dos cientistas. Olson (1999) levanta a questão de que membros de um mesmo grupo com interesses comuns, não agem voluntariamente como agiriam em benefício próprio.

A partir de uma perspectiva principalmente econômica, Olson (1999) junto com outros estudiosos desenvolveu a Teoria da Escolha Racional, que pode ser enquadrada em um pensamento utilitarista de custo-benefício, isto

é, na relação entre o ‘investimento’ necessário para o alcance de um bem e o benefício recebido. A teoria tenta explicar fenômenos sociais a partir da preferência de indivíduos racionais que buscam maximizar a satisfação dessa preferência. O autor mostrou que o engajamento das pessoas não é uma coisa natural, um fato dado, mas, ao contrário, é pouco provável porque, em muitos casos, o indivíduo pode compartilhar os benefícios, mesmo sem participar do esforço para conquistá-los. O autor ressalta que:

[...] Na verdade, a menos que o número de indivíduos do grupo seja realmente pequeno, ou a menos que haja coerção ou algum outro dispositivo especial que faça os indivíduos agirem em interesse próprio, os indivíduos racionais e centrados nos próprios interesses não agirão para promover seus interesses comuns ou grupais (Olson, 1999, p. 14).

A organização facilita o desenvolvimento de ações coletivas onde a cooperação é indispensável, porém o comportamento de determinado número de indivíduos é um desafio para os líderes das organizações, uma vez que, todo indivíduo dispõe de certo grau de autonomia para agir e, podem seguir interesses que não são necessariamente convergentes (Friedberg, 1995a; Olson, 1999). Contrariamente, outros autores explicam porque os indivíduos não se comportam sempre como previsto por Olson (1999).

Na ideia de que em todo momento os indivíduos são movidos por uma racionalidade que determina suas ações, é onde reside a principal crítica feita a teoria da Escolha Racional, conforme Axelrod (1984), Ostron (1990), entre outros, isto é, o fato de não considerar outros valores que podem ser criados em uma relação, como a amizade, a solidariedade e a reciprocidade⁹ que não podem ser entendidos apenas como valores puramente pragmáticos.

Crozier e Friedberg (1993) colaboram com o debate sobre a análise das organizações e o modo de observar a ação social ao afirmar que os atores dispõe de certa liberdade para agir, diferente da visão Tayloriana de um indivíduo passivo. Outra introdução importante para a análise das organizações são as relações de poder, pois no interior das organizações ocorrem relações de interesses e jogos de poder (Friedberg, 1995a).

De acordo com Weber (2002), em uma relação social o poder é a probabilidade de impor a própria vontade nessa relação, independente do fundamento dessa probabilidade e mesmo contra resistências.

⁹ Para mais informações ver Axelrod (1984), Hébert (2010), Sabourin (2006) e Ostron (1990, 2010).

Em uma relação de disputa, o poder é relacional e os indivíduos podem possuir trunfos e levar vantagens nessa disputa que se concentra nas zonas de incerteza (Bernoux, 2005). O mecanismo fundamental de estruturação das relações de poder e da ação coletiva pode ser entendido, então, como jogo, possibilitando a cooperação, unindo liberdade e coação. Dificilmente nessa disputa, os atores que expõem sua fraqueza terão sucesso.

Friedberg (1995b) argumenta que as possibilidades de escolha são o resultado do modo como a organização e todos os indivíduos e grupos que as compõem percebem e analisam as oportunidades e as restrições existentes objetivamente em seu contexto e decide integrá-las a seu comportamento. Para o autor “o contexto não é dado objetivamente, tampouco é estável” (Friedberg, 1995b, p. 396).

Parece oportuno dizer que as ações dos indivíduos nas organizações dependem da,

[...] cooperação de diferentes membros apesar de interesses divergentes, da integração dos membros em torno de um objetivo comum, da mobilização da participação ativa através do reconhecimento social dos indivíduos, tarefas que mostram a importância dos líderes e do poder como uma força estruturante para possibilitar a coordenação da organização, não se trata de fazer desaparecer o poder (Farias; Schmitz, 2010, p. 8).

Na concepção deste trabalho, o poder é importante como uma força estruturante para a realização da ação coletiva no espaço rural.

4.2 A EXPERIÊNCIA ASSOCIATIVA EM IRITUIA E SÃO DOMINGOS DO CAPIM

4.2.1 A cooperação sob a condição de integração à dendeicultura

A partir de 2011, o associativismo nos municípios de Irituia e de São Domingos do Capim também foi incentivado pela multinacional ADM que estabeleceu um projeto de cultivos de dendê nas propriedades dos agricultores familiares que assinaram o contrato de integração com o objetivo de produzir matéria prima para a indústria de biocombustíveis. Em 2012, uma das propostas da empresa foi à estruturação das associações locais. Das associações abrangidas nesse estudo, cinco estão sediadas no município de Irituia e nove em São Domingos do Capim.

Com exceção de cinco associações (três em São Domingos do Capim e duas em Irituia) as associações foram fundadas por incentivo da

empresa. Três das cinco associações, apesar de instituídas antes da chegada da dendeicultura, recentemente não registravam ações econômicas e/ou sociais, assim foram reativadas pelo projeto de dendê. A CONSERGC foi fundada em 28 de fevereiro de 2015.

As análises mostrou o interesse da empresa ADM em dialogar com uma organização que represente os agricultores familiares integrados a essa cadeia produtiva. O informante O declara:

A ADM sugeriu a organização dos agricultores em associação, devido à dificuldade para reunir com todos os agricultores integrados de maneira individual. São muitos agricultores e algumas comunidades são distantes, o deslocamento para reunir os agricultores dos dois municípios fica difícil.¹⁰

O informante C revela: “a nossa associação tem três anos de fundação e o objetivo maior da fundação foi o incentivo dado pela ADM para o projeto de palma”.¹¹ A fala seguinte também aborda os incentivos dado pela ADM:

A gente tinha algumas associações que funcionavam e tinha algumas comunidades que não tinha associações. Então, em 2013 a empresa me colocou à frente desse trabalho. Em 2013/2014 eu ajudei até mesmo a fundar algumas associações, eu posso citar aqui a do Botafogo, a do São Pedro, a do Igarapé-Açu de Baixo, a do Bangú, tem várias outras, aí que a gente foi tentando ajudar a organizar essas associações. Algumas conseguiram avançar, conseguiu dar certo, outras ainda estão meio que engatilhando como é comum acontecer com qualquer associação de agricultura familiar, né”.¹²

O Sr. A em sua fala revela a participação da ADM na criação da CONSERGC:

A ADM participou todo tempo junto com os agricultores, inclusive a primeira reunião que discutiu a criação dela (CONSERGC) foi no escritório da ADM. Nós fizemos todos os convites, as mobilizações, visitamos cada comunidade, reunimos todo mundo, falamos da importância dessa organização após as associações criadas e, dessa reunião fizemos um almoço e no final saímos com a primeira diretoria que poderia ser da CONSERGC. Alguns nomes foram colocados, se deixou inclusive que eles mesmos dissessem quem seria o presidente, quem se indicaria, saiu vários nomes dessa reunião. Posteriormente, começou uma discussão em relação à elaboração do estatuto, das regras de como seria, foram duas ou três reuniões para a gente montar esse estatuto colocando todo mundo. Trouxemos

¹⁰ Entrevista concedida pelo Informante O, em 6 de junho de 2018.

¹¹ Entrevista concedida pelo Informante C, em 8 de junho de 2018.

¹² Entrevista concedida pelo Sr. F, em 20 de novembro de 2018.

também um contador para dar uma orientação, porque não era uma associação simples, era uma Central de Associações. Então a ADM participou diretamente nessa fundação da CONSERGC. Depois nós fizemos todo um trabalho de orientação, só não participamos mesmo da parte financeira, mas o que a gente pode fazer, de pegar um carro, ir à casa dos presidentes das associações, dos tesoureiros, levar as documentações no cartório, tudo que a gente pode fazer, a não ser a parte financeira de pagamento de taxas, a gente fez.¹³

A organização expandiu suas atividades. Ela é uma estrutura de articulação entre a empresa e as comunidades onde estão situadas as associações afiliadas e, ao mesmo tempo, atua em várias frentes econômicas. Isto é, ela se aproxima das expectativas, tanto da empresa, como dos sócios que assumem o papel de jogadores entre si. Esse jogo de interesses mostra a importância das estruturas de poder para garantir, mesmo com dificuldade, a ação coletiva na CONSERGC.

Os atores respondem aos seus interesses e se comportam de acordo com as oportunidades que aparecem. Entre os presidentes das associações afiliadas os interesses são divergentes. Existem aqueles que afirmam que seu interesse remonta a possibilidade de obter melhorias no contrato do projeto de palma, outros vislumbram a possibilidade de compra de pequenos implementos agrícolas de maneira coletiva e obter descontos, ou porque por meio da organização são oferecidos serviços como emissão de bloco de notas a um preço menor que o de mercado. As falas a seguir mostram os interesses:

O Sr. D diz “o que incentiva fazer parte da associação local e da CONSERGC é que assim fica mais fácil para conseguir projetos e acessar os serviços prestados por ela que venha beneficiar a comunidade”. Outro informante afirma que a organização compra alguns implementos agrícolas e retira o bloco de notas para a venda da produção de dendê a um preço mais acessível, o segundo item que custava no mercado algo em torno de R\$ 800,00, pela Central custa em torno de R\$ 166,00. Segundo ele, essas já são vantagens que a organização trouxe. Ela contrata um contador para prestar serviços para as associações a um preço muito menor que o de mercado.¹⁴

Entre os diretores da CONSERGC, no geral as falas evidenciam o interesse de obter melhorias no contrato com o Banco da Amazônia (financiador do projeto), como aumento dos prazos para o pagamento das parcelas do financiamento no qual a ADM é intermediadora do diálogo

¹³ Entrevista concedida pelo Sr. A, em 5 de novembro de 2018.

¹⁴ Entrevista concedida pelo Sr. JP, em 1º de novembro de 2024.

entre os diretores e o banco, bem como, a possibilidade de organização da produção e assim transformar a Central de associações em uma cooperativa.

Por sua vez, a empresa tem o interesse no bom andamento do projeto de dendê. O representante da ADM encontrou no conselho fiscal uma maneira de acompanhar de perto e de participar dos assuntos debatidos pela CONSERGC, o que foi identificado como um trunfo da empresa nessa relação, além do contrato de 25 anos com os agricultores.

O diálogo com a empresa para o desenvolvimento do projeto de dendê, associado à participação dos diretores e lideranças pautada no jogo de interesses e da negociação, tem sido importante para o segmento da proposta associativa da organização em estudo no espaço rural de Irituia e São Domingos do Capim. Os dados desta pesquisa e minhas observações mostraram que, apesar das dificuldades recorrentes, a continuidade da organização tem se pautada na relação equilibrada entre a diretoria da CONSERGC, a empresa ADM e na confiança e amizade entre os associados. Embora o poder não possa ser distribuído, é equilibrado entre os atores. A gestão equilibrada precisa do poder como força estruturante, isto é, para que a coordenação aconteça na organização.

4.2.2 As conquistas obtidas com a atuação da CONSERGC

A organização estudada atende os interesses comuns dos grupos. Uma das vantagens para os associados é o apoio jurídico oferecido pela CONSERGC e a mediação com outras organizações. Pela organização, os associados das afiliadas obtêm descontos na compra de insumos e pequenos implementos agrícolas, retiram bloco de notas a um valor menor que o de mercado, prorroga contratos e dialogam com a empresa ADM que faz a intermediação com o Banco da Amazônia S/A (banco financiador dos recursos) dentro do projeto de dendê (preço, entrega, prazos). Os entrevistados afirmam que essas vantagens são oferecidas com maior frequência para os agricultores organizados de maneira formal.

Assim, observa-se que a CONSERGC atua no sentido de facilitar as atividades econômicas dos membros, assim como, os contatos e procedimentos junto aos órgãos governamentais, bancos e com a empresa ADM. Por esta perspectiva, os associados teoricamente obtêm vantagens de estarem representados por essa Central de Associações que se caracteriza, sobretudo como uma organização de mediação. De acordo com Schmitz, Mota e Prado (2007, p. 5), a mediação nessas organizações tem como objetivo:

[...] Facilitar as atividades econômicas dos membros, assim como, os contatos e procedimentos junto aos órgãos governamentais e bancos. Pode atender também, numa estrutura clientelista, aos interesses de pessoas influentes, especialmente de políticos. Não tem produção própria de forma mútua. Muitas vezes, o interesse é captar financiamento ou projetos. Os sócios podem ser avalistas. Tipicamente trata-se de uma “associação de pequenos produtores”, que tem como sócios agricultores familiares autônomos, que são, também, os beneficiados da atividade. Presta serviço num sentido mais amplo. Mesmo sendo um tipo com uma atividade econômica indireta, por causa da sua importância, por exemplo, para receber crédito e ter projetos, e pelo fato de serem os próprios sócios que executam as tarefas, este tipo caracteriza-se pelo interesse dos membros em contribuir para o projeto comum (Schmitz; Mota; Prado, 2007, p. 5).

Por essa perspectiva, os resultados corroboram com Olson (1999), este afirma que dificilmente uma organização persiste se não defender os interesses econômicos de seus sócios. Esse modelo (Associação Central – Associações afiliadas – agricultores familiares) tem possibilitado aos produtores de dendê obter melhorias no contrato de integração. Neste sentido, os argumentos indicam que se integrar a CONSERGC possibilita um maior diálogo com a empresa e o alcance de melhorias para os agricultores dentro do projeto de dendê.

4.2.3 Os principais entraves e as dificuldades de cooperação

As associações e as cooperativas, em geral, sempre enfrentaram dificuldades para mobilizar os agricultores para uma efetiva participação como associados e para gerir os empreendimentos que devem atender, por um lado, as demandas de mercado e se constituir enquanto associação de pessoas, por outro lado. No Estado do Pará, esse dilema foi estudado pelos autores (Oliveira, 2020; Rocha; Assis; Sablayrolle, 2023) dentre outros.

Ao se reportar ao dilema da cooperação, Olson (1999) identificou as dificuldades dos indivíduos se engajarem em projetos coletivos:

Mesmo que os membros de um grande grupo almejem racionalmente uma maximização do seu bem-estar pessoal, eles não agirão para atingir seus objetivos comuns ou grupais a menos que haja alguma coerção para forçá-los a tanto ou a menos que algum incentivo à parte, diferente do objetivo comum ou grupal, seja oferecido aos membros do grupo individualmente com a condição de que eles ajudem a arcar com os custos ou ônus envolvidos na consecução desses objetivos grupais (Olson, 1999, p. 14-15).

As dificuldades de entender a proposta associativa se mostrou presente desde a criação das Associações afiliadas a CONSERGC. Muitos indivíduos afirmam que se associaram com o objetivo de acessar algum projeto.

Essa é uma constatação que precisa ser debatida dentro da organização, uma vez que, as primeiras organizações abrangidas nesse estudo situadas nos municípios de Irituia e São Domingos do Capim que demandaram exclusivamente o acesso ao crédito e os programas de habitação rural, não obtiveram êxito. O Sr. P declara: “as associações em Irituia são mais para participar de projetos, o financeiro é muito importante aqui em Irituia para o engajamento no associativismo”.¹⁵

O Sr. N, uma liderança sindical no município de Irituia e atual presidente de uma associação sediada no município, declara:

A associação local foi criada com o objetivo de buscar parcerias, alguns projetos vieram como o da Minha Casa Minha Vida, porém quando os projetos não saíram muitas pessoas desistiram, éramos no início 60 sócios e hoje apenas 26. A ADM nos incentivou a reativar a associação em 2014, estávamos parados.¹⁶

As colocações acima, em certa parte, retratam as experiências associativas no NEP que sofreram influência do crédito e, no caso aqui estudado, do projeto de dendeicultura. Portanto, é plausível a consideração de que a CONSERGC precisa trabalhar o entendimento da proposta associativa em seu contexto amplo, isto é, por um lado, precisa atender às demandas econômicas dos seus associados e, por outro lado, precisa reconhecer que as formas de cooperação e ajuda mútua devem vislumbrar o fator social, a relação sociedade e Estado (Gohn, 2000; Hébette, 2010). Vale lembrar que, em um primeiro momento, o associativismo no Nordeste paraense assumiu em inúmeros municípios a forma de associação simples, pautada na autogestão, na realização de mutirões, bem como, na relação de amizade e de reciprocidade entre seus associados.

Por essa perspectiva, existe uma vasta literatura, assim como os estudos que preconizam as mobilizações espontâneas e gratuitas de cooperação consagradas pela tradição camponesa – ajuda mútua como troca de dias e mutirões em que o interesse pode se caracterizar pela reciprocidade em retribuir um favor na hora do plantio de um roçado, na construção de uma benfeitoria, dentre outros (Sabourin, 2006; Hébette, 2010). Rios e Carvalho (2007) estudando a ação coletiva em assentamentos

¹⁵ Entrevista concedida pelo Sr. P, em 20 de maio de 2018.

¹⁶ Entrevista concedida pelo Sr. N, em 16 de maio de 2018.

rurais na Paraíba, afirmam que é importante partir de níveis mais simples de cooperação (mutirão, troca de dias de trabalho) para os mais complexos (associações e cooperativas).

Os agricultores que compõem as associações afiliadas à CONSERGC quase não promovem mutirões, convidados ou adjuntos para realizar os tratamentos culturais nos dendezaís. O mais comum, nesse caso, é a contratação de terceiros ou da própria família para realizar os trabalhos de capina, poda, adubação e colheita nas lavouras. O estudo de Schmitz e Farias (2021) mostra que o trabalho coletivo de maneira recíproca e com as forças de poder equilibradas contribuíram para o sucesso da ação coletiva analisada.

Outra dificuldade que a organização enfrenta nos dias atuais, se reporta a sua logística para reunir os diretores, uma vez que, as assembleias e reuniões acontecem no município de São Domingos do Capim e parte dos integrantes da sua diretoria residem no município de Irituia. Bem como, a partir da comparação dos discursos de alguns dos presidentes das associações, identifiquei uma baixa participação efetiva dos sócios, um baixo índice de adimplência, dificuldades em buscar parcerias políticas, o que reflete diretamente no desenvolvimento da proposta associativa e das demandas a serem levadas para as assembleias da CONSERGC e, pode resultar futuramente no fracasso.

Em um segundo momento, o associativismo no NEP necessitou se formalizar (assembleias, atas da posse da diretoria e registro em cartório e na receita federal). A cooperação nas associações formais passou a estabelecer relação com organizações não governamentais, com as agências estatais e privadas.

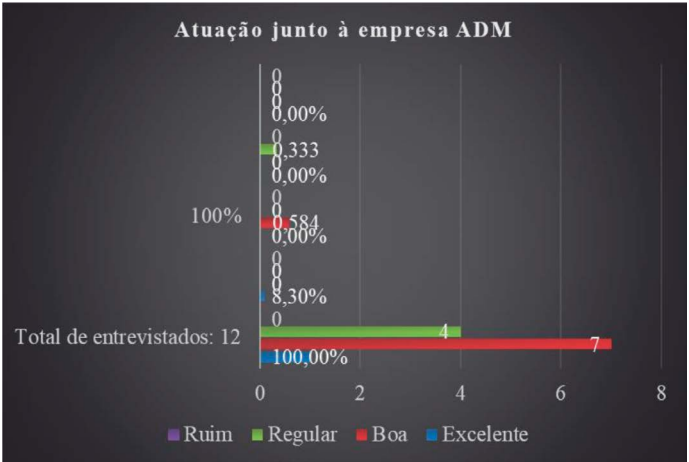
As minhas análises mostraram que a CONSERGC passa por um problema de comunicação com algumas instituições importantes para o desenvolvimento de atividades rurais no Estado do Pará. O representante da Emater e do STTR de São Domingos do Capim que me concederam uma entrevista, mantêm certa distância da organização e, em certo ponto, desconhecem as atividades desenvolvidas pela organização. No município de Irituia, departamentos como a Secretaria de Agricultura e um dos membros do STTR local que colaborou com a pesquisa, não têm conhecimento das atividades desenvolvidas pela organização no município.

Todavia, a partir do ano de 2023 a organização tem se aproximado de algumas forças políticas como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETAGRI), a secretaria de agricultura de São Domingos, bem como representantes dos STTRs dos referidos municípios. Essa é uma clara

demonstração de que a organização utiliza estratégias para promover os interesses de seus sócios e contribui para uma boa avaliação enquanto atuação dos dirigentes da Central.

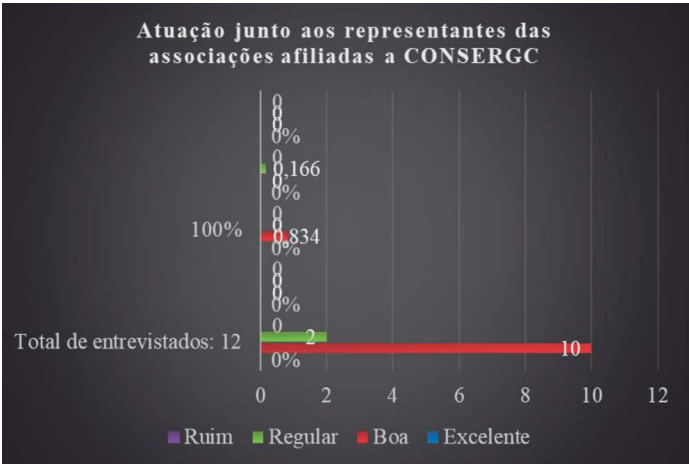
Das quatorze associações afiliadas a CONSERGC, os presidentes de doze aceitaram falar sobre a atuação dos diretores da organização. Os associados foram perguntados sobre suas opiniões em relação à atuação da diretoria da organização junto à empresa ADM e às associações integradas a ela, conforme os gráficos 1 e 2.

Gráficos 1 – Opinião sobre a atuação junto à empresa ADM



Fonte: Elaborado por Marciclei Balieiro, em 2018, e atualizado em 2024.

Gráficos 2 – Opinião sobre a atuação junto aos representantes das associações afiliadas a CONSERGC



Fonte: Elaborado por Marciclei Balieiro, em 2018, e atualizado em 2024.

Observou-se que dois terços dos entrevistados estão satisfeitos com a atuação da diretoria junto à empresa, pois os diretores já conseguiram melhorias para os integrados ao projeto e possui uma boa relação com o atual representante da ADM para a agricultura familiar, com seu antecessor o diálogo pouco existia. No caso daqueles que atribuíram à nota regular, os relatos, em geral, fazem referência às solicitações não atendidas.

A maioria dos entrevistados (83,4%) avalia de maneira positiva a atuação dos gestores da CONSERGC junto às associações que a compõe, sobretudo, pela boa relação entre os representantes das organizações. O Sr. S faz questão de informar a importância que a CONSERGC tem para os agricultores familiares locais e relata:

A ADM conseguiu mobilizar todo mundo para a criação da CONSERGC, o sindicato, a FETAGRI, os agricultores, porém deixo claro que a CONSERGC é independente da ADM, ela tem atuado para defender os interesses dos agricultores familiares integrados ou não.¹⁷

Todavia, aqueles que consideraram a atuação regular comentaram que em algumas ocasiões não participam das assembleias pela falta de recursos para se deslocar até os locais dos encontros, por problemas pessoais ou pelo trabalho nas propriedades. Eles questionaram a falta do presidente da CONSERGC não fazer contato para se informar do por que dessa ausência. Um dos entrevistados declara: “eu passei seis meses sem frequentar as assembleias da CONSERGC, por problemas pessoais, até de falta de recursos, eu precisei me estruturar novamente e correr atrás”.¹⁸

Percebe-se, pelas narrativas dos entrevistados que a adesão do agricultor a uma associação que faz parte de uma organização maior (CONSERGC) lhe traz a possibilidade de organização da produção de dendê, de acesso ao crédito e a garantia na compra de insumos, pequenos implementos agrícolas e acesso à serviços de contabilidade a um preço menor que o mercado oferece para produtores individuais. Neste estudo, as razões para a proposta associativa, sobretudo, está relacionada ao projeto de integração à dendeicultura e o vislumbre de melhoria da renda familiar. Assim, possibilitar melhoria na qualidade de vida como um todo, seja nas condições de saúde, lazer, alimentação, moradia, transporte, etc.

Para Rocha, Assis e Sablayrolles (2023) no estado do Pará as cooperativas camponesas, de modo geral, têm suas ações concebidas para resolver um problema econômico, de melhoria de renda a partir

¹⁷ Entrevista concedida pelo Sr. S, em 17 de maio de 2018.

¹⁸ Entrevista concedida pela Entrevistada P, em 21 de maio de 2018.

da comercialização dos produtos da agricultura. Essa constatação precisa está alinhada com a gestão participativa, com a reciprocidade, as forças de poder estruturantes equilibradas e o entendimento da proposta associativa para a continuidade da ação coletiva no espaço rural da CONSERGC.

Entre os interesses das Associações locais em se afiliarem a CONSERGC está relacionado, em princípio a mobilização e o incentivo dado pela empresa ADM para a criação das organizações. Posteriormente, a CONSERGC foi vista pelos associados como uma facilitadora do diálogo com a empresa e, entre as vantagens, um meio para obtenção de melhorias no contrato de integração a dendeicultura com o Banco da Amazônia S/A, financiador dos recursos. Dentro do projeto de dendê alguns agricultores estão satisfeitos, outros se sentem frustrados com a renda que para muitos ainda é incipiente devido aos custos da produção.

O estudo de Mota *et al.* (2023), com 122 agricultores integrados à dendeicultura, mostra que 53% dos entrevistados afirmaram estar satisfeitos com a produção e a renda. No entanto, 25% estão insatisfeitos com os dois, e 19% insatisfeitos somente quanto ao fato de produzirem dendê. Os autores constataram em seu estudo que os motivos para insatisfação ocorre por causa do baixo retorno financeiro o que limita os investimentos após pagar os custos de produção, receio de endividamento, o medo de que os resultados econômicos não compensem a escolha pelo cultivo de longa duração e o temor da perda de autonomia, razões que corroboram com as insatisfações de uma parcela dos entrevistados da minha pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo mostrou que as iniciativas e incentivos para a organização formal dos agricultores que participaram desta pesquisa foram orientadas por uma matriz agroindustrial, caracterizada por ações pré-determinadas e promoção de relações de dependência. As ações coletivas nas associações afiliadas a CONSERGC mostram fragilidades e ocorrem quando iniciativas de melhorias em torno do contrato de integração chamam a atenção dos seus sócios, mas sem investimento nas relações de reciprocidade.

A CONSERGC apresenta dificuldades, sobretudo, no que diz respeito à falta de recursos para viabilizar a participação dos diretores que residem no município de Irituia nas instancias de tomadas de decisões (assembleias e reuniões) e para desenvolver outras atividades sociais e econômicas como mutirões, dias de campo, atividades estas que reforçam os laços associativos

e reduzem os custos de produção. Vale lembrar que a diretoria da CONSERGC é composta por alguns sócios das afiliadas que residem em Irituia, e os encontros da organização são feitos no município de São Domingos do Capim. Outro dilema é uma das questões centrais que influencia a participação e o engajamento nas atividades coletivas dizem respeito aos custos, pois além das despesas para o transporte, a participação custa tempo (Olson, 1999).

A ausência da participação oportuniza a gestão centralizadora, que pode abrir espaço para a sobreposição dos interesses individuais sobre o coletivo e levar as organizações a problemas de gestão e, conseqüentemente ao fracasso da ação coletiva proposta (Farias, 2009). Diante disso, a participação dos agricultores nas atividades internas das associações afiliadas é a melhor estratégia, a que oportunizará melhores resultados aos associados.

A partir dos resultados obtidos na pesquisa, conclui-se que o estudo aponta para a necessidade de entendimento dos agricultores sobre o papel que cada um tem no processo associativo em sua abrangência e especificidades, uma vez que, será a participação de maneira efetiva e recíproca das atividades das associações afiliadas e na própria CONSERGC, que oportunizará melhores benefícios para os seus membros e o entendimento da implantação de projetos orientados pela lógica agroindustrial. Seus gestores têm experiência política, em negociação, possui a confiança dos associados e têm contornado os problemas recorrentes e contribuído para a continuidade da proposta associativa estudada.

REFERÊNCIAS

ABRAPALMA. Palma de óleo: a força da biodiversidade tropical que impulsiona indústrias e transforma paisagens. **Associação Brasileira de Produtores de Óleo de Palma**, [s. l.], 2025. Disponível em: <https://abrapalma.org/sobre-a-palma/>. Acesso em: 22 maio 2025.

ALBUQUERQUE, J. O Programa Nacional de Produção Sustentável de Óleo de Palma e seus efeitos sobre o espaço rural em Tomé-Açu, Pará. *In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA*, 8.; *SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA*, 9., 2017, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: UFPR, 2017. p. 1-13.

AXELROD, R. M. **The evolution of cooperation**. New York: Basic Books, 1984.

BALIEIRO, M. L. **Ação coletiva sob influência da dendeicultura**: um estudo de caso sobre a Central das Organizações Sociais entre os rios Guamá e Capim (CONSERGC). 2019. 112 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

BECKER, B. K. Recuperação de áreas desflorestadas da Amazônia: será pertinente o cultivo da palma de óleo (Dendê)? **Confin**s, Paris, n. 10, 2010. Disponível em: <http://confin.s.revues.org/6609>. Acesso em: 10 nov. 2018.

BERNOUX, P. **A sociologia das organizações**. Trad. Adão Carvalho. Porto: RES, 2005.

BRASIL. Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel. Inclusão Social e Desenvolvimento Territorial. **Ministério do Desenvolvimento Agrário**, Brasília, DF, 2011. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/Biodiesel_Book_final_Low_Completo.pdf. Acesso em: 26 jul. 2018.

BRUMER, A.; ROSENFELD, C. L.; HOLZMANN, L.; SANTOS, T. S. A elaboração de projeto de pesquisa em Ciências Sociais. In: PINTO, C. R. J.; GUAZZELLI, C. A. B. (org). **Ciências Humanas**: pesquisa e método. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. p. 125-146.

CANASSA, B. J.; COSTA, D. R. M. Ciclo de vida das cooperativas de crédito brasileiras: o desempenho da cooperativa como motivo para a descontinuidade das operações. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, Santa Maria, v. 1, p. 51-68, 2018.

COSTA, R. J., *et al.* “Os daqui” e “os de fora”: sociabilidade entre trabalhadores assalariados na dendeicultura na Amazônia oriental. **Revista de Estudos Interdisciplinares**, [s. l.], v. 6, n. 5, p. 1-23, 2024.

CROZIER, M.; ERHARD, F. **Die Zuänge Kollektiven Handelns: Über Macht und Organisation**. Trad. E. Friedberg, S. Frankfurt: a.M, 1993.

CRUZ, R. H. R.; FARIAS, A. L. A. Impactos socioambientais de produção de palma de dendê na amazônia paraense: uso de agrotóxicos. **Revista GeoAmazônia**, Belém, v. 5, n. 10 p. 86-109, 2017.

FAGOTTI, L. N. Associativismo e agricultura familiar: reflexões sobre uma associação de produtores rurais no interior paulista. **Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v. 9, n. 1 e 2, p. 1-29, 2017.

- FARIAS, S. K. P. **Gestão coletiva de máquinas e equipamentos agrícolas na agricultura familiar no Assentamento Luiz Lopes Sobrinho**. 2009. 121 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.
- FARIAS, S. K. P.; SCHMITZ, H. Gestão coletiva de máquinas e equipamentos agrícolas na agricultura familiar no Assentamento Luiz Lopes Sobrinho. *In*: CONGRESO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGÍA RURAL, 8., 2010, Porto de Galinhas. *Anais [...]*. Porto de Galinhas: UFPE, 2010. p. 1-20.
- FRIEDBERG, E. **O poder e a regra: dinâmicas da ação organizada**. Lisboa. Instituto Piaget, 1995a.
- FRIEDBERG, E. Organização. *In*: BOUDON, R. (ed.). **Tratado de sociologia**. Trad. T. Curvelo. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 1995b. p. 375-412.
- GANANÇA, C. A. **Associativismo no Brasil: características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa**. 2006. 121 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006.
- GEMAQUE, A. M. S.; FERREIRA FILHO, H. R.; BELTRÃO, N. E. S. A dendeicultura na Amazônia: adoção do projeto dendê familiar em uma comunidade rural no Estado do Pará. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 11, n. 3, p. 80-100, set./dez. 2015.
- GOHN, M. G. O cenário da participação em práticas de gestão da coisa pública no Brasil no final do milênio: as mudanças no caráter do associativismo. **Motrivivência**, Campinas, ano XI, n. 14, p. 15-32, maio 2000.
- GOMES, D. L.; SCHMITZ, H.; MOTA, D. M. Agricultores familiares, agroindústrias de dendê e a integração produtiva na Amazônia Paraense. **Caminhos de Geografia**, Belo Horizonte, v. 22, n. 83, p. 301-320, 2021.
- GRAZIANO, X.; NAVARRO, Z. **Novo mundo rural: a antiga questão agrária e os caminhos futuros da agropecuária no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2015.
- GUIMARÃES, J. B. *et al.* “O dendê era um sonho”: agricultores familiares e rupturas com as agroindústrias de dendê no Pará, Amazônia. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [s. l.], v. 63, e288908, 2025.

HÉBETTE, J. Associativismo: um ensaio sobre sua contextualização histórica. Estudo sobre as dinâmicas das associações rurais no nordeste amazônico. In: GOMES, A. C.; MANESCHY, M. C.; MAGALHÃES, S. B.; FERREIRA, J. M. C. (org.). **Organização social do trabalho e associativismo no contexto da mundialização: estudos em Portugal, África e Amazônia**. Belém: NUMA/UFPA, 2010. p. 53-66.

IBGE. São Domingos do Capim (PA). Panorama Geral. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/sao-domingos-do-capim/panorama>. Acesso em: 5 abr. 2017a.

MELO, L. B.; RESENDE FILHO, M. A. Determinantes do risco de crédito rural no Brasil: uma crítica às renegociações da dívida rural. **Revista Brasileira de Economia**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 67-91, jan./mar. 2017.

MORAES, L. G. S. O associativismo rural e a lógica da ação coletiva: reflexões sobre motivação e engajamento. **Revista Geografia em Atos**, Presidente Prudente, v. 5, p. 1-22, 2021.

MORAES, L. G. S. O movimento sindical rural e os desafios da ação coletiva em tempos de crises. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFAS E GEOGRAFOS, 8., 2024, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: USP, 2024. p. 1-15. Disponível em: https://www.cbg2024.agb.org.br/resources/anais/9/cbg2024/1727106232_ARQUIVO_e330855ad4fcdc9ebe831b92d6d847a6.pdf. Acesso em: 25 maio 2025.

MOTA, D. M. *et al.* Entre o discurso e as evidências na dendeicultura: inclusão social e agricultores familiares na Amazônia Oriental. **Amazônica: revista de antropologia**, Belém, v. 15, n. 2, p. 305-330, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/13102/0>. Acesso em: 12 maio 2025.

NAHUM, J. S.; SANTOS, L. S.; SANTOS, C. B. Formation of palm oil cultivation in Para's Amazon. **Mercator**, Fortaleza, v. 19, p. 1-14, 2020. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/e19007>. Acesso em: 12 jun. 2025.

OLIVEIRA, K. E. H. **A ação coletiva de agricultores integrados à agroindústria de dendê na Associação dos Moradores e Agricultores Familiares da Região do Igarapé-Açu de Baixo, em Irituia/Pará**. 2020. 122 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

OLSON, M. **A lógica da ação coletiva**: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. Tradução Fabio Fernandes. São Paulo: Edusp, 1999.

OSTROM, E. Analyzing collective action. **Association of Agricultural Economists**, [s. l.], p. 154-166, 2010.

OSTROM, E. **Governing the commons**: the evolution of institutions for collective action. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

RIBAS, R. A. *et al.* Diagnóstico Organizacional da Cooperativa dos Produtores de Leite da Vila Bom Jardim - Cooperlight, dm Pacajá – PA. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, Santa Maria, RS, v. 4, n. 8, p. 109-122, jul./dez. 2017.

RIOS, G. S. L.; CARVALHO, D. M. Associação de agricultores familiares como estruturas de ensaio pré-cooperativa. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 13., 2007, Recife. **Anais [...]**. Recife: UFPE, 2007. p. 1-15.

ROCHA, A. C. O.; ASSIS, W. S.; SABLAYROLLES, P. J. L. Caracterização e desafios do cooperativismo camponês no nordeste paraense. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, Santa Maria, RS, v. 10, n. 19, e66070, 2023.

SABOURIN, E. A ajuda mútua rural, entre intercâmbio e reciprocidade. *In*: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 1., Niterói. **Anais [...]**. Niterói: UFF, 2006. CD-ROM.

SANTANA, R. T. **Associativismo rural**: o caso da Associação de Desenvolvimento Comunitário da Tiririca, Cruz das Almas-Ba. 2019. 32 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnólogo em Gestão de Cooperativas) – Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, BA, 2019.

SCHMITZ, H; MOTA, D. M.; PRADO, E. S. A. C. Ação coletiva com fins econômicos: reflexões teóricas a partir de dois estudos de caso no espaço rural. *In*: SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 7., 2007, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: SBSP, 2007. p. 1-14.

SCHMITZ, H; MOTA, D. M.; SOUSA, G. M. Reciprocidade e ação coletiva entre agricultores familiares no Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 12, n. 1, p. 201-220, jan./abr. 2017.

SCHMITZ, H.; FARIAS, E. S. Cooperação e persistência: um estudo da ação coletiva de agricultores familiares no Oeste do Pará, Amazônia. **Redes**, Santa Cruz Sul, v. 26, p. 1-21, 2021.

SILVA, C. C. S. **Percepção comunitária de impactos socioambientais da monocultura do dendê (*elaeis guineensis*) em Boa Vista, nordeste paraense, Bonito-Pará**. 2017. 107 f. Monografia (Bacharelado em Agronomia) – Faculdade de Agronomia, Universidade Federal Rural da Amazônia, Capanema, 2017.

TAVARES, M. G. C. A formação territorial do espaço paraense: dos fortes à criação de municípios. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, ano II, n. 3, p. 59-83, jan./jun. 2008.

TILLY, C. Introduction. In: TILLY, L. A.; TILLY, C. (ed.). **Class conflict and collective action**. London: Sage Publishers, 1981. p. 13-25.

USDS. Oilseeds: World Markets and Trade. **United States Department of Agriculture Foreign Agricultural Service**, [s. l.], 2025. Disponível em: <https://www.fas.usda.gov/sites/default/files/2025-03/oilseeds.pdf> Acesso em: 14 mar. 2025.

VENTURIERI, A. *et al.* Cultivo de dendezeiro no Pará: dinâmicas espaciais e uma aproximação geohistórica. **Confins**, Paris, n. 63, 2024. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/58333>. Acesso em: 3 maio 2025.

WEBER, M. **Economia e Sociedade**. Brasília, DF: UnB, 2002. 2 v.